

UM CAMINHO PARA A CIDADANIA: Inclusão e permanência de alunos (as) no ensino superior

FABÍOLA PERES DE SOUZA¹
MÍRIAN PEREIRA BOHRER²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – faloscabi@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – nai.ufpel.aee@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em meados dos anos de 1990, as discussões em torno da temática das Necessidades Educativas Especiais (NEE) protagonizaram inúmeras conferências internacionais¹, a inclusão de alunos com NEE no ensino básico e superior foi um debate que atravessou décadas e na prática, ainda, oferece inúmeros desafios (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011). Em relação às primeiras recomendações legais, data de 1994, via Ministério da Educação (MEC), a proposta de que fosse ministrada nos cursos de Psicologia, Pedagogia e demais licenciaturas a disciplina de “Aspectos ético-político-educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”. Conforme Moreira; Bolsanello; Seger (2011), proposição esta que teve pouco efeito.

Nos anos seguintes, foi solicitado às instituições de ensino superior (IES) condições de acesso às pessoas com deficiência durante os seus processos seletivos (vestibulares), mais tarde, esse grupo conquistou o direito a provas adaptadas e a outros suportes conforme a demanda de sua deficiência.

De acordo com Anache; Oliveira; Rovetto (2014, p.300): “A Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, dispôs sobre requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização, de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior.” Os autores ressaltam que:

O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentou o parágrafo único do art. 60, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescentou o dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, o que assegurou apoio técnico e financeiro à oferta do atendimento educacional especializado e a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (ANACHE; OLIVEIRA; ROVETTO, 2014, p.300,301)

Um ano após o Decreto nº 6.253 de novembro de 2007 e a partir do Projeto Incluir, era criado o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com o objetivo de promover e salvaguardar a inclusão dos/as alunos/as com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão é responsável por diversas ações que buscam a inclusão e a permanência de estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação na Universidade Federal de

¹ Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Tailândia, 1990), Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (Espanha, 1994) e a 4ª Conferência Internacional sobre Educação da Unesco em 2008 (MOREIRA, BOLSANELLO e SEGER, 2011).

Pelotas. A este respeito, apresentaremos uma das suas atividades a tutoria acadêmica entre pares.

2. METODOLOGIA

A tutoria entre pares objetiva o apoio, suporte e acompanhamento dos discentes com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. O tutor deve disponibilizar de 20 horas semanais para os encontros com o/a acadêmico/a em tutoria, as reuniões são realizadas sempre nas dependências da UFPel. Asseveramos que o papel do/a bolsista tutor/a não deve ser confundido com a atuação dos professores em sala de aula. Assim, a tutoria entre pares é um momento para organização e sistematização dos estudos, além do auxílio a possíveis dificuldades do/a tutorando/a.

A metodologia adotada foi a “observação participante”, desenvolvida na obra, *“Os argonautas do pacífico”* (MALINOWISK, 1978). Consideramos esse o método mais adequado para tentar alcançar o ponto de vista do meu interlocutor. Além do meu lugar de fala² como tutora e colega de curso do meu acadêmico em tutoria, sou aluna de um curso de licenciatura. Assim sendo, essa experiência permite que eu tenha contato com o modo de estar no mundo do meu interlocutor, a partir do seu local de fala.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da minha experiência de tutora foi possível perceber que todos nós, em alguma medida, apresentamos dificuldades, principalmente, na adaptação a uma instituição de ensino superior. Entretanto, ainda persiste um pensamento de classificação dos indivíduos, sob o rótulo da anormalidade ou normalidade. De acordo com Neto (2001, p. 106,107) “as marcas da anormalidade vêm sendo procuradas ao longo da Modernidade, em cada corpo para que, depois, a cada corpo se atribua um lugar nas intrincadas grades das classificações dos desvios, das patologias, das deficiências, das qualidades”.

Conforme, o abordado no início do texto as discussões em torno da temática das Necessidades Educativas Especiais (NEE) datam dos anos de 1990, o avanço diante do assunto é significativo, tanto que, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) completou uma década de existência. Além disso, o ingresso de discentes com deficiência aumentou, todavia o novo desafio é a permanência desses indivíduos no ensino superior.

A tutoria entre pares é uma ferramenta que tem apresentado sucesso no acompanhamento desses/as alunos/as e, principalmente, no reconhecimento das suas capacidades, independente das particularidades geradas a partir das suas deficiências ou transtornos. Por fim, pessoalmente, acredito que a maior dificuldade é a má qualidade das comunicações permeadas de ruídos que encarceram os sujeitos sob a ótica da anormalidade, essa é uma questão para ser problematizada no interior das instituições de ensino, mas, também, pela sociedade.

² Em busca de um conceito de lugar, Massey destaca que em primeiro lugar, ele é absolutamente não estático, posto que, se os lugares podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, e estas interações são processos, os lugares também são processos[...](NOGUEIRA,2017,p.10 apud MASSEY,2000)

4. CONCLUSÕES

Acredito ser de suma importância todo o trabalho realizado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), principalmente para garantir a qualidade e a permanência dos/as discentes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação. Parte desse trabalho é realizado por meio das tutorias entre pares que proporciona um melhor desempenho dos/as acadêmicos/as em tutoria, bem como, a sua integração nos espaços da UFPel.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anache; A.A.; Rovetto, S.S.M.; Oliveira, R.A. Desafios da implantação do atendimento educacional especializado no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, v.27, n.49, p.299-312, 2014.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiência em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 123-145, 2011.

NOGUEIRA, Isabel Porto. Lugar de fala, lugar de escuta: Criação sonora e performance em diálogo com a pesquisa artística e com as epistemologias feministas. **Revista Vórtex**, Curitiba, v.5, n.2, p.1-20, 2017.

MALINOWISK, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo. Abril, 1978.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. **Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.105-138